



DEBATE PÚBLICO SOBRE O FUTURO DA PAC

QUESTÕES SOBRE ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

POSIÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES

Questão 1 - Quais devem ser os objectivos da futura política de desenvolvimento rural?

- Criar as condições de sustentabilidade ambiental da produção agrícola, através da protecção dos ecossistemas e dos seus serviços (solo, água e ar) e do uso equilibrado dos recursos naturais;
- Acelerar a transição para uma agricultura eficiente no uso dos recursos, menos dependente dos combustíveis fósseis e mais resiliente face à alterações climáticas e outras pressões externas;
- Promover a produção de alimentos seguros, saudáveis e de elevada qualidade;
- Manter e aumentar a biodiversidade natural das zonas rurais;
- Manter a biodiversidade agropecuária;
- Contribuir para a obtenção de um estado favorável de protecção dos sistemas aquáticos fluviais e costeiros na Europa;
- Contribuir para a adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas;
- Apoiar a manutenção das paisagem rurais de elevado valor estético, cultura e histórico;
- Contribuir para a vitalidade rural em área altamente dependentes da agricultura, onde seja necessário garantir a viabilidade dos sistemas agrícolas que fornecem serviços e bens públicos;
- Promover e aumentar o bem estar animal;
- Apoiar sistemas de produção alimentar sustentáveis que melhor interligam os produtores com os consumidores.

Questão 2 - Como tornar mais eficazes os instrumentos de política?

- Base Contratual – Os agricultores não devem estar automaticamente entitulados a receber ajudas, tal como acontece actualmente no RPU. Os pagamentos devem ser justificados no claro interesse público e na produção de bens e serviços públicos;

- Definir objectivos claros – Todos os pagamentos devem ser dirigidos à prossecução de objectivos específicos e bem definidos;
- Programação – A regras gerais e linhas orientadoras devem ser comuns a todos os estados membros. Por outro lado, os detalhes das medidas e a distribuição relativa de verbas devem ser decididas por cada estado e aprovadas pela CE;
- Estratégia – Os estados membros devem desenvolver uma estratégia de Desenvolvimento Rural, que será aprovada pela CE;
- Prioritização – Dinheiro público europeu para benefícios públicos europeus;
- Princípio da parceria – Todas as partes interessadas, e não apenas as do sector agrícola, devem ser efectivamente consultadas;
- Prestação de contas – Todos os beneficiários de dinheiros públicos devem poder prestar contas sobre o cumprimento dos termos dos acordos de pagamento;
- Orçamento – A distribuição de verbas pelos estados membros deve ser decidida com base em critérios objectivos e princípios solidários, assegurando tratamento justo entre antigos e novos estados membros e reflectindo a importância Europeia dos bens públicos associados a agricultura em cada estado membro;
- Cinco tipos de medidas ambientais com base na área: 1) Medida básica de sustentabilidade agrícola, 2) Medida de apoio aos Sistemas Agro-florestais de Elevado Valor Natural, 3) Medida de apoio à agricultura biológica, 4) Medidas agro-ambientais específicas, e 5) Indemnizações compensatórias para a Rede Natura 2000 e Directiva Quadro da Água;

Questão 3 - Como poderemos melhorar a gestão da política?

- Seguimento e avaliação – Todas as medidas devem ter sujeitas a monitorização continua e avaliações regulares, para que possa sofrer actualizações de percurso. Deve haver financiamento suficiente para a recolha de dados no terreno, através de indicadores robustos e especificamente desenhados, com base em trabalho realizado por entidades independentes;
- Custo eficiência – O custo eficiência dos programas e medidas deve ser regularmente avaliado, com recurso ao dados da monitorização e avaliação de resultados;
- Coerência – Todas as medidas devem ser avaliadas à partida para que não causem efeitos indirectos e perversos que minem e prejudiquem outros objectivos de sustentabilidade;
- Transparência – Toda a informação relevante sobre pagamentos públicos e compromissos dos beneficiários deve estar disponível ao público e ser de acesso fácil.

Contacto:

Dr. Domingos Leitão

Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Avenida da Liberdade, 105, 2º eq., 1250-140 Lisboa, Portugal

Tel (+351) 213 220 430, fax (+351) 213 220 439

e-mail: domingos.leitao@spea.pt , www.spea.pt